



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**JÁDER EWERTON FEITOSA DE SOUZA**

**PRECONCEITOS, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE SOCIAL:  
PRÁTICAS EDUCATIVAS EXCLUDENTES VIVENCIADAS  
PELOS ANALFABETOS**

João Pessoa - PB  
2018

JÁDER EWERTON FEITOSA DE SOUZA

**PRECONCEITOS, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE SOCIAL:  
PRÁTICAS EDUCATIVAS EXCLUDENTES VIVENCIADAS  
PELOS ANALFABETOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva.

João Pessoa - PB  
2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S729p Souza, Jáder Ewerton Feitosa de.

Preconceitos, exclusão, vulnerabilidade social: práticas  
educativas excludentes vivenciadas pelos analfabetos /  
Jáder Ewerton Feitosa de Souza. - João Pessoa, 2018.  
56 f.

Orientação: Alexandre Magno Tavares da Silva.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Analfabetismo. 3.  
Preconceito. I. Silva, Alexandre Magno Tavares da. II.  
Título.

UFPB/BC

JÁDER EWERTON FEITOSA DE SOUZA

**PRECONCEITOS, EXCLUSÃO, VULNERABILIDADE SOCIAL:  
PRÁTICAS EDUCATIVAS EXCLUDENTES VIVENCIADAS PELOS  
ANALFABETOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
exigência para a obtenção do título de  
licenciatura em Pedagogia.

João Pessoa, 15 de Junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva)  
Orientador

---

Profa. Dra. Quezia Vila Flor Furtado  
1º Examinadora

---

Profa. Dra. Suelidia Maria Calaça  
2º Examinadora

*“O analfabeto não deixa de ser uma pessoa instruída pelo fato de não saber ler e escrever. Ele é uma pessoa isolada do conhecimento formal. Promover a alfabetização é mudar a consciência desta pessoa, reintegrando-a ao meio em que vive e colocando-a no mesmo plano de reconhecimento de direitos humanos fundamentais”.*

**Frank Laubach**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Ao meu filho e esposa, parceiros sempre presentes.

Aos familiares: Minha mãe Elizabeth e minha irmã Cinthia que sempre estão me dando a mão.

A Flávio Henrique e Francisca Guilhermino, sem vocês não sei como seria.

Ao Pastor Bertrand e sua esposa Aldecy que fazem parte da minha trajetória.

Ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre Magno pelas orientações ao longo do desenvolvimento desse trabalho, paciência e compreensão.

Sou grato a todos os amigos e familiares e professores que contribuíram de forma direta ou indireta para realização não só desse trabalho, mas para que eu pudesse fazer esse curso, muitas foram as lutas devido ao trabalho e as responsabilidades que um pai de família enfrenta na labuta pela sobrevivência, mas graças as mãos de Deus e dessas pessoas consegui chegar até o fim.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo em torno dos sujeitos que não sabem ler e escrever, fazendo um exercício de reflexão no contexto das condições de vulnerabilidade e preconceito construídos historicamente por uma sociedade grafocêntrica e voltada para o consumo e a visão de mercado. Para isso utilizei-me de pesquisas bibliográficas transitando por vários autores como Paulo Freire, Vanilda Pereira Paiva, Carlos Rodrigues Brandão, Danilo R. Streck, entre outros. Procuramos percorrer um caminho que nos possibilitasse a identificação de momentos em que essas vulnerabilidades e preconceitos foram sendo construídos, até chegar à sala de aula dos dias hodiernos onde este quadro continua sendo uma forte presença. Nesse contexto percebemos que esses sujeitos são vítimas históricas de violação de seus direitos humanos e que é necessário um olhar diferenciado para a Educação de Jovens e Adultos, um olhar voltado para potencializar a conscientização de todos os sujeitos (mulheres e homens) envolvidos nos processos de educação, entendemos então que o sistema em que estamos inseridos precisa de uma intervenção, no sentido de descolonização das situações de opressão em que estão submersos e construir uma pedagogia própria que leve em conta às especificidades da nossa cultura e dos povos latino-americanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Analfabetismo. Preconceito. Educação de Jovens e Adultos. Direitos Humanos. Descolonização dos Saberes.

## **RESUMEN**

Este trabajo tiene como objetivo realizar un estudio en torno a los sujetos que no saben leer y escribir, haciendo un ejercicio de reflexión en el contexto de las condiciones de vulnerabilidad y preconcepto construidos históricamente por una sociedad grafocéntrica y orientada hacia el consumo y la visión del mercado. Y en el caso de que se trate de un problema de salud pública, Buscamos recorrer un camino que nos posibilite la identificación de momentos en que esas vulnerabilidades y preconceptos fueron construidos hasta llegar al aula de los días actuales donde este cuadro sigue siendo una fuerte presencia. En ese contexto percibimos que esos sujetos son víctimas históricas de violación de sus derechos humanos y que es necesario una mirada diferenciada para la educación de jóvenes y adultos, una mirada orientada a potenciar y concientización de todos los sujetos (mujeres y hombres) involucrados en los procesos de comunicación la educación, entendemos entonces que el sistema en que estamos insertos, necesita una intervención, en el sentido de descolonización de las situaciones de opresión en que están sumergidos y construir una pedagogía propia que tenga en cuenta las especificidades de nuestra cultura y de los pueblos latinoamericanos

**PALABRAS-CLAVE:** Analfabetismo. Perjuicio. Educación de Jóvenes y Adultos. Derechos humanos. Descolonización de los Saberes.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CNBB	CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CNEDH	COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
CPC	CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO
DUDH	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS
DNEDH	DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
EDH	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
MEB	MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
MCP	MOVIMENTO CULTURA POPULAR
MOBRAL	MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PMDH	PROGRAMA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PNDH	PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
PNEDH	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

## Sumário

### INTRODUÇÃO9

#### **1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PRECONCEITO CONTRA O ANALFABETO NO CONTEXTO BRASILEIRO**14

1.1. A construção da visão distorcida das pessoas não alfabetizadas, da Colonização a República.14

1.2. Os avanços e atropelos da educação de adultos no Brasil, da República a Constituição de 1988.19

#### **2. PRECONCEITO E AS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL VIVENCIADAS PELOS ANALFABETOS**25

2.1. Vivendo o preconceito, uma leitura atual, a leitura da vida, nas situações cotidianas dos sujeitos que não sabem ler e escrever.25

2.2. Sujeitos em situação de vulnerabilidade e acesso a educação27

2.3. A presença dos sujeitos na realidade do preconceito.29

#### **3. LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS À EDUCAÇÃO: PEDAGOGIAS QUE SURGEM DO MOVIMENTO DOS EXCLUÍDOS DENTRO DA SOCIEDADE.**32

3.1. Direitos Humanos à educação.33

3.2 A educação em direitos humanos como prática emancipadora na desconstrução do preconceito contra o analfabeto.36

3.3. Proposta metodológica problematizadora, uma contribuição da EDH nos processos de intervenção da EJA.37

3.4. Enfrentando a colonialidade dos saberes através de uma pedagogia social latinoamericana38

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**44

#### **REFERÊNCIAS**47

#### **ANEXO**.....I

## INTRODUÇÃO

O tema em discussão neste trabalho de conclusão de curso trata-se de uma construção observada tanto em experiências vivenciadas que tivemos ao longo da trajetória acadêmica e que contribuíram na forma de sentir, pensar e agir diante do ser humano, do mundo e da sociedade; tudo isso forjado a partir dos debates e leituras realizadas durante o curso de pedagogia no período de 2011 a 2018.

Para o entendimento da caminhada no exercício de pesquisa na área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos, torna-se necessário um relato, mesmo que breve sobre algumas dessas experiências que impactaram na experiência de vida enquanto pedagogo em formação e que interpretamos como merecedoras de atenção especial na construção do meu objeto de estudo.

Por volta do mês de setembro de 2005, na comunidade do “S”, (uma comunidade localizada nas imediações do antigo Lixão do Roger na cidade de João Pessoa), caracterizada principalmente pela presença de pessoas que realizam atividades relacionadas à comercialização de materiais recicláveis, tais como papelão, latinhas, garrafas pets, entre outros, caminhávamos (eu e minha esposa), recém-casados, por ruas enlameadas, becos e vilas, formados por casebres, alguns de alvenaria, outros de madeira e outros que eram um misto de papelão, tijolo, madeira e palha.



*Figura 1: Comunidade do S*

Fonte: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/08/comunidades-de-joao-pessoa-vao-ser-urbanizadas-ate-2016-diz-pmjp.html>

Quanto à motivação de estarmos naquele lugar e o que procurávamos ali, tem a ver com um trabalho voluntário de evangelização que exercíamos, visitando pessoas e procurando ajudá-las em alguma necessidade ou simplesmente levando uma palavra de fé e esperança para aquelas pessoas

tão sofridas, essas eram as motivações daquele jovem casal de evangelistas<sup>1</sup> que por meio de um trabalho social promovido pela Igreja Evangélica Ebenézer no Roger, vivenciamos muitas experiências marcantes, uma delas em uma tarde de domingo quando fomos convidados a entrar em um casebre<sup>2</sup> e lá nos deparamos com uma família de aproximadamente sete pessoas. Um homem, sua esposa e vários filhos em idades variadas, desde crianças de colo até adolescentes. A matriarca que havia nos convidado, nos mostrou a sua morada e nos apresentou a sua família, chamava a atenção a forma precária em que aquelas pessoas viviam e também, acreditava eu, que a vida de muitas pessoas naquela comunidade não seria muito diferente, como também constatamos em outras visitas, uma casa muito pequena, não lembro ter visto quartos, imaginei que eles todos dormiam ali mesmo na sala onde estávamos reunidos, no terraço e no quintal estava repleto de materiais recicláveis, que era recolhido na madrugada pelas ruas do Centro de João Pessoa, pois nessa época o Lixão do Roger estava passando por um “processo de desativação<sup>3</sup>”

A comunidade do “S” naquele momento, ainda resistia a ideia de ter que conviver sem aquele lixão, pois dependiam daquele meio de subsistência, não era difícil de ver o quanto aquela comunidade dependia daquele lixão e o quanto eles estavam esquecidos pelo poder público, não era difícil ver o estado de precariedade e vulnerabilidade em que aquelas pessoas viviam. Quando não tinham mais o lixão, o risco das ruas na madrugada de João Pessoa tornou-se uma alternativa para buscar o sustento no lixo produzido pelas lojas do comércio que eram recolhidos em carroças improvisadas e puxadas por eles mesmos. Possuir uma carroça era essencial para essa atividade, mas, ao mesmo tempo, representava um risco de vida, quando carregada, o peso aumentava tornando-a uma armadilha nas decidas das ladeiras, pois não havia como freá-las de imediato.

Mas o que inquietou profundamente nessa visita foi quando ao refletirmos um pouco sobre alguma passagem bíblica que se encontrava em um folheto evangelístico, ficamos impressionados ao descobrir que naquela família não existia uma pessoa se quer que soubesse ler, nem adultos, nem adolescentes, nem crianças, nada, nenhum se quer. Imaginamos que nem as crianças tinham acesso à escola ou creche, a senhora, mãe das crianças, nos relatou a preocupação com o filho mais velho que andava com algumas companhias que não lhe agradara e que suscitava nela o medo do envolvimento com as drogas ou com a criminalidade. Essa realidade foi para nós um choque e após

---

<sup>1</sup> Pessoa que proclama o evangelho.

<sup>2</sup> Lugar muito pequeno onde havia uma sala medindo aproximadamente, 3m x 2m, uma pequena cozinha e quintal repleto de materiais infamáveis. Não me recordo de ter visto quartos, imagino que ali mesmo na sala era o local que eles dormiam.

<sup>3</sup> Mesmo desativado o Lixão continua recebendo lixo de forma clandestina por um bom período de tempo.

sairmos dali ficamos indignados com a situação de vulnerabilidade daquela família, não só pelo fato de nenhum deles saberem ler, mas também pela precariedade em que sobreviviam, sentimo-nos na obrigação de fazer algo por aquelas pessoas no sentido de ajudar e iniciar um processo de mudança diante daquela realidade, mas não sabíamos como lidar com um problema que excedia as nossas possibilidades (teórico-metodológicas), foi a partir dessa visita que decidimos iniciar algumas ações, sobretudo na capacitação para esse desafio, retornei aos estudos, pois até então eu não tinha nem o ensino médio, matriculei-me na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (Escola Pública Estadual) na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, e com um tempo optamos para o curso de Pedagogia, pois aquela experiência na periferia do Roger não deixava nossas lembranças. Decidimos pela atuação junto a alfabetização de adultos. Ainda fomos outras vezes visitar aquela família e eles até visitaram a nossa igreja também, porém com o tempo fomos perdendo o contato, mas o que eles não sabiam é que aquela visita iria nos deixar inquietos. O anseio de querer ajudar as pessoas, trouxe o nosso desejo em retornar aos estudos.

Com esse desejo de ajudar as pessoas que não sabiam ler, conhecemos também a IBRAEMA<sup>4</sup>, uma ONG que utiliza o método de alfabetização de Frank Laubach, o mesmo método que é utilizado também pela ALFALIT<sup>5</sup>, eles me doaram “treinamento” e material didático para que eu alfabetizasse, foi nesse “treinamento” que conheci o filme Stanley & Iris, o drama vivenciado pela personagem principal, Stanley Cox (Robert De Niro), que era analfabeto e enfrentava bastante dificuldades e preconceitos em meio a sociedade.

Diante deste contexto ocorreu uma maior inspiração na construção desse tema e também foi a partir desse envolvimento com essa ONG que experimentamos a primeira tentativa de alfabetização em um bar localizado no bairro do Varadouro na cidade de João Pessoa.

A experiência acima diz respeito organização de aulas para a dona do bar e um lavador de carros que atendia seus clientes nas proximidades. Foi uma experiência que não deu muito certo devido aos interrompimentos que sofríamos durante as aulas, (tinha um jogo de sinuca, pessoas bebendo que às vezes se excediam no barulho, em fim essas coisas de bar) chegamos a esse bar,

---

<sup>4</sup> O Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente – IBRAEMA é uma organização de sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 2009, cuja missão é potencializar instrumentos de apoio ao desenvolvimento sustentável, visando capacitar os mais desfavorecidos de nossa sociedade e promover os princípios da Carta Magna Universal.

<sup>5</sup> A Alfalit Internacional é uma organização sem fins lucrativos que desde 1961 atua com o seu Programa de Alfabetização de Adultos, Educação Básica, Nutrição e Desenvolvimento Comunitário e uma metodologia e material educacional exclusivo, tendo sido inclusive reconhecidos duas vezes pela UNESCO, em 1983 e 1992.

também através desse trabalho de evangelização promovido pela igreja, essa atividade nos proporcionou aproximações diretas com pessoas que necessitam de alguma ajuda, não é difícil achar alguém que não saiba ler nesses encontros, mas apesar das poucas aulas, conseguimos produzir um pequeno vídeo que nos deu uma dimensão real sobre o que muitos analfabetos pensam sobre suas condições de vida e falta de acesso à leitura e a escrita. A opressão que lhes é imposta pelo sistema que os levam a internalizar estigmas, como “o analfabeto é como um cego que precisa de outros para os guiar”, “papagaio velho não aprende a falar”, assim sentem-se como se fossem pessoas incapazes de aprender e vivem uma vida, na maioria dos casos, de exclusão e situação de vulnerabilidade social tendo o subemprego como maneira de sobrevivência.

Considerando o que foi exposto até o momento:

- Observando e tomando parte em situações de risco e vulnerabilidade social em periferias urbanas;
- Na identificação de aspectos relacionados a desigualdade social, educação, etc. e seus impactos na vida da população excluída e marginalizada;
- De dar-se conta pela necessidade de intervir neste quadro através de um processo formativo de qualidade;
- Os primeiros ensaios de intervenção e dentro dos mesmos a presenças dos desafios e perspectivas.

Diante deste quadro o nosso trabalho justifica-se pela necessidade de estudar e discutir como foram construídas as práticas excludentes e preconceituosas presentes no contexto histórico e que vitimam personagens em situações de risco e vulnerabilidade social, sobretudo as pessoas que não tem acesso à leitura e escrita da palavra e que por conta disso são alvo de preconceitos, marginalização social e criminalização. Por isso nos questionamos sobre o que a Educação de Pessoas Jovens e Adultas tem a ver com essa história e como a Educação voltada para os direitos humanos pode contribuir para a inserção desses indivíduos nos debates e lutas pelos direitos que lhes foram negados.

O nosso objetivo geral com este trabalho foi o de estudar e discutir como foram construídas as práticas excludentes e preconceituosas presentes no processo histórico que vitimam personagens em situações de risco e vulnerabilidade social, no contexto da educação de jovens e adultos e como a educação em direitos humanos poderá contribuir para esse campo.

Enquanto objetivos específicos temos: a) Apresentar o preconceito contra o analfabeto no contexto histórico brasileiro; b) Caracterizar as situações de vulnerabilidade sociais vivenciadas pelos analfabetos; c) Discutir as pedagogias que surgem do movimento dos excluídos dentro da sociedade no contexto da luta pelos direitos humanos à educação.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, com autores que corroboram com a temática em questão. Paulo Freire, Vanilda Pereira Paiva, Carlos Rodrigues Brandão, Danilo R. Streck, Di Pierro, Galvão, são apenas alguns desses autores que ajudaram a fundamentar esse estudo. A relevância desta pesquisa se dá no fato de que ela poderá contribuir de forma significativa com estudantes e pesquisadores da educação a construir um olhar mais humanizado sobre as pessoas não alfabetizadas no sentido de conscientizá-los da sua realidade mediante a negação histórica de direitos e possibilitar a esses sujeitos um meio de educação que os potencializem para a luta por seus direitos e conquista de sua cidadania. Ao concluir este trabalho fica claro que o sistema capitalista oligárquico, exercido no Brasil, voltado para o mercado de consumo e centralização das riquezas, impregnado de valores herdados desde a nossa colonização, em nada contribui para uma educação que possibilite uma prática libertadora e propicie ao indivíduo a construção de uma formação social que leve em conta as diversidades e multiculturalidade dos povos latino-americanos e os ajudem a ocupar um lugar de protagonistas na sociedade.

O nosso estudo está dividido nas seguintes partes: A primeira parte discorremos sobre a contextualização histórica do preconceito contra os analfabetos no Brasil, como se deu o processo de colonização na construção de atitudes que denigrem as pessoas nessa condição. A segunda parte trazemos as consequências sofridas por esses indivíduos, mediante a situação de marginalidade a que vão sendo compelidos. Na terceira parte refletimos sobre as violações dos direitos humanos a que os educandos jovens e adultos das camadas populares foram submetidos e como a Educação em Direitos Humanos pode intervir na vida desses sujeitos, no sentido de empoderá-los para a luta dos mesmos. Na quarta parte analisamos o quanto a nossa cultura está impregnada pelo eurocentrismo e como essa cosmovisão contribuem para a propagação desses preconceitos vivenciados pelas pessoas não alfabetizadas.

## **1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PRECONCEITO CONTRA O ANALFABETO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Nenhum preconceito surge de uma hora para outra, sem que o mesmo não tenha seu balizamento a partir de uma visão de mundo distorcida da realidade e dos sujeitos que dela fazem parte (instituições, indivíduos, grupos, movimentos etc.), portanto é importante resgatar na história, situações que ocorreram ao longo do tempo, acontecimentos que nos ajudam a identificar as várias nuances em que as várias formas de preconceitos foram sendo constituídas até desembocar no momento atual onde podemos identificar nesse contexto histórico, algumas ações em variados âmbitos que foram sendo implantadas na perspectiva de “erradicar o analfabetismo”, mas, na verdade, só contribuíram para a construção de uma visão distorcida das pessoas não alfabetizadas.

A sociedade brasileira foi desenvolvida sob uma cosmovisão em que o homem branco europeu civilizado era visto como ser superior em relação a outras raças e etnias, era disseminada a ideia de que o europeu possuía certas especificidades exclusivas (eurocentrismo), que os fazia acreditar que eles trariam a civilidade para os “povos bárbaros”. Fundamentados sobre essas ideias, a nossa sociedade foi se formando dentro de uma “atmosfera” totalmente preconceituosa e avessa as diferenças existentes em sua volta. Os vários tipos de preconceitos existentes geralmente são construídos através de esquemas que estão impregnados em nossa cultura e dos valores que ela representa, sendo assim no caso do Brasil o preconceito contra os negros, as mulheres, os homossexuais e os indígenas, estão frequentemente sendo alvo de debates e polêmicas, mostrando que a muito que se fazer na luta contra os prejulgamentos estabelecidos e a aceitação da diversidade.

### **1.1 A construção da visão distorcida das pessoas não alfabetizadas, da Colonização a República**

Por quase quatro séculos que caracterizaram o início da formação da sociedade brasileira, o analfabetismo não consistia em nenhum “problema grave”, como sabemos, nossa sociedade foi formada em sua base por índios, portugueses e africanos, o Brasil se apresentava como um país de economia totalmente agrária, sedimentada em grandes propriedades rurais e apoiada ainda no trabalho escravo, a maioria das pessoas nessa época não sabiam ler nem escrever, mas isso não impedia que, um senhor de engenho, por exemplo, tocasse os seus negócios, pois a maneira como

a sociedade estava formada, em sua maioria por pessoas convidadas pela coroa portuguesa para explorar as riquezas dessa nova terra, isso significava que diferente da colonização dos EUA, os nobres que vieram para o Brasil não vieram com suas famílias para a construção de uma nação com escolas, igrejas, cidades, infraestrutura e etc. Mas para explorar as riquezas aqui contidas, vieram também os conhecidos como “degradados” homens que cumpriam penas por assassinatos, saques, roubos e bêbados. Esses praticavam todo tipo de exploração e violência sexual contra as indígenas, os quais foram utilizadas para a expansão do “cunhadismo” que era o aproveitamento da mão de obra dos índios, por ter um grau de parentesco com os colonos quando as índias engravidavam: “é preciso não esquecer que nessa época o colono imigrava sozinho para o Brasil, deixando a mulher e os filhos em Portugal. Ele vinha em busca do lucro fácil. A ausência da família incitava à dominação sexual masculina na colônia” (RIBEIRO, 2000, p.81).

Nesse cenário o homem branco europeu foi começando a impor seu estilo de vida e a visão de superioridade diante dos nativos e posteriormente os escravos, que tiveram seus costumes e valores negados por uma visão monocultural e excludente forjada na perspectiva ocidental, a qual favorecia a preservação de valores e virtudes que se acreditavam ser supremos e civilizatórios em detrimento de “vícios” e costumes a serem evitados, ao logo do tempo esses processos de negação foram se naturalizando dando certa justificativa para a disseminação das atitudes preconceituosas e a forma de exclusão, violência e segregação praticada pelos colonizadores, a fim de subjugar os nativos e obrigá-los a trabalhar para os seus interesses, políticos, econômicos e culturais, nesse contexto histórico os indígenas, os negros e as mulheres eram vistos como seres inferiores.

As primeiras experiências educativas no Brasil Colônia começaram com a Companhia Missionária de Jesus, os Jesuítas, voltadas para catequização, iniciação na fé católica, onde indígenas adultos eram obrigados a uma intensa violação de sua cultura, submetidos a aprenderem a ler em língua portuguesa, naturalmente houve muita resistência por parte dos índios, nesse contexto as mulheres era desprezadas com relação à educação, pois imperava um pensamento na Europa quinhentista que considerava a mulher como um ser inferior:

Essa questão nos remete à tradição ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira: as influências da cultura dos árabes naquele país, durante quase 800 anos, consideravam a mulher um ser inferior. O sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil. Uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais. Era muito comum o versinho declamado nas casas de Portugal e do Brasil que dizia: "mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada" (RIBEIRO, 2000, p.79).

Era nesse contexto que a educação para as mulheres era proibida e mesmo com uma reivindicação feita por carta pelo Pe. Manoel da Nóbrega à Rainha de Portugal Dona Catarina que a pedido dos índios queriam que suas mulheres fossem também alfabetizadas, recebem uma negativa que enfatiza mais uma vez o preconceito machista do homem branco europeu para com seus colonos subjugados:

Infelizmente, a Rainha de Portugal, Dona Catarina, negou a iniciativa, qualificando-a de ousada devido às "Consequências nefastas" que o acesso das mulheres indígenas à cultura dos livros da época pudesse representar. No século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram, na sua maioria, analfabetas. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas aos livros de rezas. Por que então oferecer educação para mulheres "selvagens" (RIBEIRO, 2000, p.81).

À medida que o tempo foi passando a nossa sociedade foi se desenvolvendo, com um modelo de educação precário e excludente, propício à formação de atitudes preconceituosas. Vale também ressaltar que durante as reformas pombalinas o incipiente sistema educacional brasileiro ficou totalmente desorganizado e a educação de adultos nesse período era um ato de caridade, pois os professores só eram remunerados para o ensino de crianças e a educação de adultos era um ato voluntário, fazendo com que o país mergulhasse cada vez mais no analfabetismo. Outro ponto nevrálgico foi na educação dos afrodescendentes que sujeitados a escravidão eram proibidos de aprenderem a ler e escrever; somente no final do século XIX quando foram criados os cursos noturnos, pelo Decreto 7.031 de 6 setembro de 1878, onde algumas provinciais incentivavam os escravos a frequentarem as aulas noturnas, porém o preconceito imposto pelo racismo era outro desafio a ser enfrentado, pois existiam províncias que não aceitavam a matrícula de escravos e também se negavam a aceitar os negros livres e libertos, a exemplo da província do Rio Grande do Sul. Mesmo com a reforma do ensino primário e secundário, proposta por Leôncio de Carvalho, Ministro dos Negócios do Império, que instituía a obrigatoriedade da educação para as faixas de 7 a 14 anos e eliminava a proibição de escravos frequentarem escolas públicas e o advento da República, continuava-se a negação de direitos e a não garantia de acesso à educação. Com a proclamação da Lei Áurea, agravou-se ainda mais a situação dos negros, que foram abandonados à própria sorte, ficaram desassistidos e excluídos dos seus direitos básicos, ficaram à mercê de seus antigos senhores, esse descaso com a população negra causara prejuízos de valores imensuráveis que podemos observar até os dias atuais onde o maior número de analfabetos no Brasil são os de

origem afro.

Ainda no final do império, o analfabetismo começa a emergir como um problema nacional, diante da divulgação de pesquisas que expunham o índice de analfabetismo em diferentes países, colocando o Brasil na pior posição.

O analfabetismo, assim, estava presente, embora de maneira diferente, em todas as camadas e grupos sociais: entre homens e mulheres brancos, proprietário de terras, homens e mulheres escravos e libertos. Não temos dados precisos para a época, mas o primeiro censo demográfico brasileiro, realizado em 1872, apontava que o índice de analfabetismo no país era de 80,2% entre os homens e de 88,5% entre as mulheres (GALVÃO e DI PIERRO, 2007, p.34).

Esses baixos índices refletem na verdade o descaso que sofreu a educação brasileira desde a colonização, salvo raras exceções. Toda essa situação começa a ser discutida entre as elites que fomentada por ideias novas advindas da Europa: O Iluminismo, O Positivismo, O Darwinismo, entre outras. Tomavam conta dos debates, quando começou-se a pressionar o império com relação às eleições diretas, porém essa questão não era assim tão simples, mediante o auto índice de analfabetismos e o medo das elites governantes das escolhas que as camadas populares por ventura viesse eleger, trazendo à tona a “questão eleitoral” que começa a ser discutida no projeto de reforma de 1879, no gabinete Sinimbu<sup>6</sup> trazendo ao debate a desvalorização das pessoas analfabetas, fato esse percebido pelos discursos dos políticos da época que ligavam o analfabeto com ignorância, cegueira, pauperismo, falta de inteligência e de discernimento intelectual e principalmente incapacidade política.

O deputado Cândido de Oliveira, por exemplo, afirmava que “Os analfabetos não têm opinião por si, inspiram-se nas opiniões alheias, são o reflexo do pensamento dos potentados, e, a meu ver, seria um grande perigo para a verdade da eleição, se eles para ele concorressem sem a consciência de sua responsabilidade (RODRIGUES *apud* GALVÃO e DI PIERRO, 2007, p.39).

O Projeto Sinimbu é aprovado na Câmara dos Deputados em 09 de junho de 1879, porém é barrado no Senado por ser considerado inconstitucional, no entanto todas essas discussões

---

<sup>6</sup> João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, Visconde de Sinimbu, Primeiro-Ministro no Segundo Reinado do Império brasileiro.

analisadas nesse contexto vão dar origem à famosa Lei Saraiva que restringiu o voto dos analfabetos por um período de mais de 100 anos, trazendo para esses sujeitos prejuízos sociais incalculáveis.

Pode-se perceber, nos discursos que defendiam a exclusão dos analfabetos do direito de voto em ambos os projetos, que a condição de analfabetismo muda de sentido, passando a significar ignorância, cegueira moral, e material, dependência e, por tudo isso, incapacidade eleitoral. O analfabetismo ganha também a conotação de marginalidade e periculosidade. O discurso insistente de que faltava ao analfabeto o discernimento e a capacitação necessária para a identificação do bem comum e a escolha de representantes subsidiou poderosamente a Câmara e o Senado na construção e legitimação da incapacidade eleitoral do analfabeto (FERRARO, 2012, p.247).

O Brasil continuava como um país que tinha como base uma economia agrária, em um momento que as indústrias começavam a despontar como sinônimo de modernidade e desenvolvimento, no entanto os altos índices de analfabetos era motivo de levantar-se a hipótese do atraso e não desenvolvimento e as crises que assolavam o país começava então um período de cogitar leis, decretos e pareceres que desse um novo avanço na construção de um sistema de ensino nacional, porém os impactos sociais mais relevantes desse período foram os sofridos pela população negra que após a libertação da escravidão foram simplesmente desamparados pela nação sem que houvesse leis que possibilitasse alguma assistência a inserção do negro na sociedade, não possibilitando o acesso à terra, nem qualquer tipo de indenização pelos anos de trabalhos forçados, não alfabetizados, diante de um começo de industrialização que gradativamente despontava, ainda teria que disputar o mercado de trabalho com os brancos e imigrantes que se encontravam mais bem preparados para as demandas da época. Só lhes restavam às alternativas de trabalhos desvalorizadas pela sociedade, vendedores de artesanato, trabalhos pesados, empregadas domésticas. Marginalizados, a dura vida os empurravam para o crime e a prostituição, moravam em cortiços, sofriam todos os tipos de preconceito, eram homens e mulheres livres, porém não significava dizer que a sociedade os aceitavam como tal, reproduzindo os valores contido na mentalidade colonial de superioridade e na reprodução das relações de desigualdade entre brancos e negros vista até os dias de hoje.

## 1.2 Os avanços e atropelos da educação de adultos no Brasil, da República a Constituição de 1988

Estamos agora diante da República, o Brasil continua se desenvolver com um alto índice de analfabetos, é interessante perceber nos relatos bibliográficos que narram esse período da história que a visão das pessoas envolvidas com a educação estão focadas no analfabetismo e não nos sujeitos vítimas dessa condição, merece destaque a fundação da ABE – Associação Brasileira de Educação, uma entidade sem fins lucrativos, formada por educadores, médicos, advogados, engenheiros e outros profissionais que acreditavam ser possível transformar o país pela educação, promovendo campanhas educacionais, e desenvolvendo métodos para a erradicação do analfabetismo. Um dos seus principais membros, o médico Miguel Couto, eugenista e higienista, acreditava que a falta de educação era um problema de saúde pública e que o analfabetismo era o motivo do atraso em nosso país, sendo assim erradicando esse problema a nação teria maiores chances de se desenvolver.

A ignorância é uma calamidade pública como a guerra, a peste, o cataclismo, e não só uma calamidade, como a maior de todas, porque as outras devastam e passam, como tempestades seguidas de céu bonança; mas a ignorância é qual o câncer, que tem a volúpia da tortura no corroer célula a célula, fibra por fibra, inexoravelmente o organismo: dos cataclismos, das pestes e das guerras se erguem os povos para as bênçãos da paz e do trabalho; na ignorância afundam cada vez mais para a subalternidade e degenerescência (COUTO, 1927, p.9 *apud* COTRIM, 2014, p.2).

Começa a surgir nas primeiras décadas do século XX campanhas com o objetivo de erradicar o analfabetismo, em 1915 foi fundada a liga brasileira contra o analfabetismo, fundada no clube militar do Rio de Janeiro tratava a questão do analfabeto como uma estratégia de guerra, vinculando o problema a expressões negativas e pejorativas.

Em todos os lugares do país, surgiam ideias e propostas que visavam erradicar o analfabetismo no menor prazo possível, Abner de Brito, bacharel em ciências jurídicas e sociais, promotor público no Rio Grande do Norte, por exemplo, criou um método, Por ele intitulado de “desanalfabetizador”, consagrado especificamente ao ensino dos analfabetos (GALVÃO e DI PIERRO, 2007, p.41).

As elites intelectuais republicanas são as maiores responsáveis pela construção e propagação desses estigmas que causaram até os dias de hoje na consciência de uma parcela da população a opinião que uma pessoa não alfabetizada é inferior e essa condição está ligada à

pobreza, marginalidade, falta de inteligência, incapacidade, improdutividade, entre outros adjetivos.

Em 1950 é lançada a Campanha de Educação de adolescentes e Adultos (CEAA), que em sua base formadora está contaminada pelas concepções preconceituosas sobre os analfabetos e o nacional desenvolvimentismo (movimento político visando o desenvolvimento econômico e industrial do Brasil). Tendo como mentor o renomado educador Lourenço Filho, o qual acreditava que o motivo do atraso econômico em nosso país era devido à grande quantidade de analfabetos.

Minoridade econômica, política e jurídica. Produz pouco e mal, é frequentemente explorado em seu trabalho, não pode votar e ser votado, não pode praticar muitos atos de direito. O analfabeto não possui, enfim, se quer os elementos rudimentares de cultura de nosso tempo (PAIVA, 1973, p.184).

Mesmo diante desse quadro distorcido da realidade das pessoas não alfabetizadas, a CEAA possibilitou a vivência e a observação desses sujeitos e essas experiências contribuíram para uma progressiva mudança de pensamento, possibilitando uma nova perspectiva, se estendendo até 1960, essa campanha possibilitou a passagem de uma visão preconceituosa para uma realidade até então ainda não abordada, essa perspectiva deu um novo rumo à educação de jovens e adultos no Brasil. Entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve uma frequência de manifestações em vários lugares do Brasil que consistiam em movimentos de Educação e Cultura Popular, organizados pela sociedade civil, visando à transformação social e econômica, esses movimentos começam a observar os analfabetos não como causa de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e desigual, buscando assim novos métodos que atendessem a esse público de uma maneira mais eficaz.

Dentre esses movimentos destacam-se: O MEB – Movimento de Educação de Base, da CNBB; O MCP – Movimento de Cultura Popular, ligado à prefeitura do Recife; Os CPCs – Centros Populares de Cultura, organizados pela União Nacional dos Estudantes UNE; A CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba, criada por profissionais recém-formados, oriundos da JUC - Juventude Universitária Católica, e por estudantes universitários; O De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, criada em Natal, na gestão de Djalma Maranhão na Prefeitura Municipal e Moacyr de Góes na Secretaria de Educação; Experiência de Alfabetização de Adultos pelo Método Paulo Freire, em Angicos, no Rio Grande do Norte. Foi a partir das experiências vivenciadas por Paulo Freire em Angicos que a concepção sobre o adulto analfabeto começa a ser transformada de

uma perspectiva preconceituosa para uma visão que contemplava as realidades e contextos da vida de cada educando.

Toda essa busca de novos métodos para a educação de adultos esteve permeada pela preocupação com a promoção da cultura popular, que penetrou dos diferentes grupos voltados para o problema. Entretanto, as maiores contribuições metodológicas foram dadas pelos grupos cristãos. Eles influenciaram decisivamente sobre o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, foco de defesa de uma metodologia voltada para a cultura popular e da utilização de cartilhas na alfabetização; foram responsáveis pela adoção e aperfeiçoamento da metodologia utilizada pelo Movimento de Educação de Base; estiveram presentes na formulação do sistema Paulo Freire. Os métodos desenvolvidos partiam todos de uma base comum: o novo pensamento social cristão. Pretendiam todos a “promoção do homem”, sua conscientização e emergência na vida política brasileira através de uma ação pedagógica não diretiva. Todos influenciaram profundamente na formação de novas gerações de trabalhadores em educação. Entretanto, em virtude de maiores desdobramento das ideias que serviram de base ao método Paulo Freire e de sua difusão ampla, possibilitada pela edição de Educação como prática da liberdade, o pensamento do educador parece ter sido o que maior influência exerceu sobre os profissionais da educação em geral, consolidando a reintrodução da reflexão sobre o social nos meios pedagógicos esboçada desde o início da década (PAIVA, 1973, p. 250, 251).

Freire (1967) traz à baila um novo olhar sobre o analfabeto trazendo uma crítica a concepção ingênua do analfabetismo que é encarado como uma chaga, uma enfermidade a ser curada e que o simples depósito de palavras salvará o analfabeto enfermo de sua realidade brutal, analisando os textos e as ilustrações das cartilhas utilizada para alfabetização de adultos naquela época, questiona o seu conteúdo e a maneira como está posto o método tradicional de alfabetização que desconsidera a realidade existencial dos alfabetizandos não possibilitando a reflexão crítica desta realidade.

Por esta razão é que, para a concepção crítica da alfabetização, não será a partir da mera repetição de pa-pe-pi-po-pu, la-le-li-lo-lu, que permitem formar pula, pêlo, lá, li, pulo, lapa, lapela, pílula etc. que se desenvolverá nos alfabetizandos a consciência de seus direitos, como sua inserção crítica na realidade. Pelo contrário, a alfabetização nesta perspectiva, que não pode ser a das classes dominantes, se instaura como um processo de busca, de criação, em que os alfabetizandos são desafiados a perceber a significação profunda da linguagem e da palavra (FREIRE, 1967, p.13).

O método Paulo Freire<sup>7</sup> dava-se na seguinte forma: O educador faz uma breve pesquisa sobre as experiências de vida das pessoas, em vez de buscar a alfabetização por meio de cartilhas e ensinar, por exemplo, “o boi baba” e “Eva viu a uva”, ele trabalhava as chamadas “palavras geradoras” a partir da realidade do cidadão, ou seja, palavras que fazem parte do cotidiano e que tivessem sentido para os educandos, que fizessem parte do seu contexto de vida e pudesse também servir de ponte para uma reflexão conscientizadora. Essas palavras eram problematizadas em uma perspectiva libertadora desenvolvendo o pensamento crítico. Por exemplo, um trabalhador de fábrica podia aprender “tijolo”, “cimento”, um agricultor aprenderia “cana”, “enxada”, “terra”, “colheita” etc. A partir da decodificação fonética dessas palavras, iam se construindo novas palavras e ampliando o repertório, as reflexões que eram realizadas de acordo com a realidade enfrentada por aqueles trabalhadores e o diálogo estabelecido, daria a esses o entendimento da sua verdadeira situação e também poderia ser discutida proposta de intervenção nessas realidades, o professor não é apenas o detentor do poder e o aluno apenas um mero receptor, a proposta deste método era justamente uma perspectiva libertadora, possibilitando condições de lutar pelos direitos que lhes foram negados.

O sucesso desse trabalho em Angicos ganhou repercussão nacional e as ideias do método Paulo Freire, assim como ficou conhecido, começou a se espalhar por todo o país, porém com o advento do regime militar, o governo desse período julga que esse método é subversivo, interrompendo assim todos os avanços até então conquistados, tendo o seu mentor exilado. No ano de 1965, surge em contraposição às ideias Freireanas a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC) e em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), esses movimentos foram concebidos com o fim básico de controle político da população, através da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos.

---

<sup>7</sup> O que hoje conhecemos como “Método Paulo Freire” surgiu com o trabalho realizado por Freire na década de 60 junto ao Movimento Cultura Popular do Recife (MCP) em uma periferia de Recife. Inicialmente uma experiência com 5 educandos, onde 2 desistiram e 3 prosseguiram, servindo como ponto de partida do trabalho que foi realizado em Angicos, Rio Grande do Norte, onde foram educadas 300 pessoas em 45 dias. Em contraposição ao modelo vigente da qual denominou de educação bancária a educação libertadora, pensada por Freire, através de seu método, propõe que os sujeitos envolvidos no processo educativo percebam na educação a possibilidade de transformação da sociedade.

O preconceito contra o analfabeto, grandemente combatido no período anterior, passou a encontrar resistência nos mais diversos setores. No plano geral, fortaleceu-se a tendência ao planejamento educacional, embora no terreno específico da educação dos adultos as decisões oficiais tenham se pautado predominantemente por critérios político-ideológicos, com vistas à sedimentação do poder político e das estruturas socioeconômicas (PAIVA, 1973, p.263).

Juntamente com o MOBREAL muitos outros programas e movimentos funcionaram, porém todos com a perspectiva de erradicar o analfabetismo, após a redemocratização, o MOBREAL foi extinto e alguns movimentos começaram a resgatar as ideias de Paulo Freire, que pensa o adulto analfabeto como um indivíduo capaz de formular hipóteses e produzir cultura, capaz de aprender e conquistar o seu espaço diante de uma sociedade tão desigual. A partir desses movimentos o Brasil começa uma longa caminhada na construção de uma nação mais igualitária e através da lei 7.332 de 1º de junho de 1985 é restituído o direito de votar aos analfabetos, essa lei é reafirmada pela Carta Magna de 1988, porém alguns projetos patrocinados pelos governos ainda carregam as ideias preconceituosas de erradicação, chaga, cegueira e etc.

O grau de importância de conhecimento dos sistemas alfanuméricos variam de acordo com a sociedade onde se está inserido existem diversas culturas que se encontram isoladas das sociedades urbanas e a leitura e a escrita que utilizamos não tem nenhuma serventia para esses modelos de sociedade, no entanto não significa dizer que essas sociedade não possuam sua própria leitura de mundo, leitura essa que os fazem capazes e observar o seu cotidiano e tomar decisões sobre os dilemas da vida, pensando nesses sujeitos podemos entender a vida daqueles que mesmo estando inseridos em uma sociedade grafocêntrica, não tiveram a oportunidade de aprender esses sistemas, cabe aos educadores pensar meios para viabilizar o acesso desses sujeitos a esses conhecimentos e ajudá-los a superar um século de exclusão, onde esses preconceitos transformam-se em barreiras para a ascensão desses sujeitos em nossa sociedade, ascensão de dignidade e direitos, qualidade de vida que lhes foram negadas durante toda essa jornada.

O autor Moacy de Góes (2001) nos traz uma relevante contribuição a respeito do impacto que esses movimentos tiveram como experiências junto com as populações excluídas e que a atuação destes ia além do mero ato de alfabetizar por alfabetizar, mas trazia toda uma conjuntura de conscientização e empoderamento das classes populares: “Esses movimentos têm como objetivo comum, ... incluir os excluídos da sociedade num processo educacional, social, político, econômico e cultural. Para alcançar essa estratégia, várias táticas foram desenvolvidas, diversificadas, dando

a cada um deles uma face própria, apesar da ideologia comum de esquerda, está mais ousada em uns e outros não. Assim, nos limites desta fala, é possível identificar alguns impulsos básicos que identificam cada um deles.

No MCP predomina a diversificação: a pesquisa educacional, que vai elaborar o Método Paulo Freire, em 1962 (ARY, s/d), a alfabetização, o ensino fundamental, as praças de cultura, a edição de textos e o teatro.

A Campanha De Pé no Chão, partindo da proposta de erradicar o analfabetismo em Natal vai criar acrescentamentos culturais como o estímulo e a organização de autos populares e folclóricos; assume a preparação do magistério municipal com o seu Centro de Formação de Professores; a iniciação ao trabalho com a sua Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão; as praças de cultura e a criação de bibliotecas populares, programações diárias em rádios, construindo uma política educacional orgânica de e com as classes sociais urbanas subordinadas. Sua especificidade é desvelar que a escola não é o prédio escolar e, assim, ensinou crianças, jovens e adultos em acampamentos cobertos de palha de coqueiro e sobre chão de barro batido, formas arquitetônicas idênticas às casas dos pescadores das praias. Com isso barateou os custos e multiplicou as oportunidades de escolas.

O MEB optou pela educação das classes camponesas através de uma rede de escolas radiofônicas e participação na sindicalização rural promovida pelo clero e leigos católicos.

A CPC abriu o caminho da politização das questões sociais através, principalmente, do teatro de caixotinho, da edição de livros, discos e filmes, mantendo a alfabetização como política secundária até o momento do Plano Nacional de Alfabetização do MEC com a aplicação do Método Paulo Freire (1963) (GÓES, 2001, p.417).

Este foi um momento de grande ação revolucionária, no campo político e educacional, onde as novas ideias se conflitavam com as antigas e o avanço desses movimentos começavam a tomar proporções imensas em todo país, e despertar uma desconfiança dos que tinham interesse na manutenção desse status, veio o período militar e somente a partir da redemocratização que os avanços começam a desapontar novamente, até chegarmos aos dias atuais, onde muitas conquistas foram alcançadas, porém ainda há muita coisa para ser feita, no sentido de dar uma boa educação e qualidade de vida para os cidadãos das classes populares.

## **2. PRECONCEITO E AS SITUAÇÕES DE VUNERABILIDADE SOCIAL VIVENCIADAS PELOS ANALFABETOS**

Considerando o processo no qual a sociedade brasileira foi constituída, é possível identificar o quanto a forma de colonização e demais eventos ocorridos em nossa história, colaboraram para um composto de desigualdade e preconceito, e por que não dizer um processo de desumanização, em muitos dos seus aspectos, tais fundamentos contribuíram para o desenvolvimento de uma sociedade injusta e opressora que carrega uma dívida impagável para com as camadas populares. Tendo ciência disso, podemos enxergar com um prisma mais humanitário e amoroso a realidade dos sujeitos que são colocados à margem da sociedade, sofrendo na pele as injustiças promovidas por essa estrutura opressora e trazer à baila situações que são vivenciadas por esses sujeitos, refletindo sobre seus dilemas e como os agentes que estão ligados a educação podem contribuir para o desenvolvimento de uma educação que atenda as especificidades desses sujeitos e que possibilite a esses indivíduos uma iluminação diante da realidade da qual eles estão expostos, a consciência da luta pela libertação das estruturas dominantes na qual está formada a sociedade.

### **2.1 Vivendo o preconceito, uma leitura atual, a leitura da vida, nas situações cotidianas dos sujeitos que não sabem ler e escrever**

A simples atividade de apanhar um ônibus, ir a um determinado endereço, fazer compras em um supermercado. Tarefas aparentemente simples para a maioria das pessoas que tiveram a oportunidade de estudo e trabalho, porém não é assim na vida de uma pessoa não alfabetizada, tais situações as obrigam fazer um esforço diário para “ler”, interpretar e sair-se bem das situações que demandam da vida. Nesse contexto o analfabeto desenvolve diversas maneiras peculiares de ler o mundo e a sua realidade, porém pela sua condição de opressão, e pelas condições de desigualdade que essa estrutura social proporciona, desenvolve-se neles uma visão limitada que não lhes possibilitam as condições de luta, por não ter consciência do que está por trás de sua condição de vida e os direitos que lhes são negados enquanto ser humano é apenas uma visão de mundo voltada para a sobrevivência e uma relação de dependência, para conquistar seus objetivos, enfim, tudo que os ajudem nessa batalha diária pela sobrevivência e inconsciente manutenção do *status quo*, dessa forma para Freire, a sensação de dependência econômica, emocional do sujeito, constitui-se

fruto de uma situação de dominação em que esse se encontra e que acaba concebendo também sua visão inautêntica<sup>8</sup> do mundo fazendo com que esses sujeitos introjetem a visão que deles têm os opressores e os conduzam a uma vida de autodesvalorização.

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhes são impostos são os convencionais (FREIRE, 1980, p.69).

O medo, a vergonha e a falta de oportunidade colocam esses sujeitos em situações de subordinação e os conduzem a buscarem trabalhos que são desvalorizados pela maior parte da sociedade, mas que não deixam de ser dignos por ser uma forma honesta de buscarem a sobrevivência, a exemplo: serviços de capinagem, vendedores ambulante, carregadores, catadores de materiais recicláveis, lavadores de carros, enfim, variadas alternativas para conseguir algum ganho sem ter que está sendo exposto ao preconceito que tanto atormenta a sua vida e a realidade de não saber ler e escrever.

Quando um jovem ou adulto que vivenciam essas experiências de negação do seu ser decidem voltar à escola para adquirirem conhecimentos, acreditam que esses conhecimentos possam ajudá-los a ascender socialmente, e de que as oportunidades de trabalho serão melhores, não podemos enganá-los alimentando falsas esperanças, mas também não podemos oferecer a esses sujeitos uma escola antiquada, repetitiva, infantilizada uma escola que os desmotive e desestimule-os a sonhar com um futuro melhor, também não podemos ver esses sujeitos como pessoas “incapazes de aprender”, “burros”, “tapados”, essas barreiras encontradas e essas realidades perturbadoras e situações extremamente estressantes levam muitos à depressão, e desistência da escola, um sonho frustrado, tamanha a situação de desrespeito vivenciada por essas pessoas, não são raros aqueles que enveredam pelos caminhos tortuosos das drogas, do crime ou da prostituição, para eles não é uma opção, mas a estrutura opressora os empurra para uma conduta errante, isso ocorre porque eles vivem alienados dos processos de injustiça a que estão sendo submetidos.

---

<sup>8</sup> Quando o oprimido interioriza os valores da cultura dominante e se auto desvaloriza aceitando a condição de inferioridade ou diferença, se conformando com a desigualdade e negação dos direitos que lhes são impostos pelo sistema opressor.

Na realidade, esses homens – analfabetos ou não – não são marginalizados. Repetimos; não estão “Fora de”, são seres “para o outro”. Logo, a solução de seu problema não é converterem-se em “seres no interior de”, mas em homens que se libertam, porque não são homens a margem da estrutura, mas homens oprimidos no interior desta mesma estrutura. Alienados, não podem superar sua dependência incorporando-se à estrutura que é responsável por esta mesma dependência. Não a outro caminho para a humanização – a sua própria e a dos outros -, a não ser uma autêntica transformação da estrutura desumanizaste (FREIRE, 1970, p.20).

Outro dilema que ronda a vida dessas pessoas é quando chegam à idade de aposentarem, pelo fato de muitos nunca terem tido condições de contribuir com a previdência, torna-se um grande desafio para alguns conseguirem o benefício alegando carência, e esses indivíduos vão enfrentar verdadeiras maratonas burocráticas para provar se são carentes ou não, fazendo com esses enfrentem mais uma forma de negação de direitos e constrangimentos, tal protelação faz com que muitos desistam e busque o caminho das ruas e das esmolas.

## 2.2 Sujeitos em situação de vulnerabilidade e acesso à educação

Basta um olhar atento e humano para perceber nas trajetórias de vida das camadas populares de nosso país e constatar os mais variados tipos de exclusão a que estão sendo submetidos. A contribuição dos movimentos populares juntamente com Paulo Freire representaram muitos avanços, sobretudo no desenvolvimento de um olhar que contemplava as especificidades desses sujeitos e uma proposta inovadora e revolucionária de educá-los, considerando seus conhecimentos prévios, suas experiências, e sua maneira peculiar de ler o mundo, porém até os dias de hoje o que se tem observado é que esses sujeitos continuam sendo expostos a um tipo de educação bancária, uma educação passiva feita sem o diálogo, negando essas especificidades, uma educação que nega a humanidade desses sujeitos e suas trajetórias de luta pela sobrevivência, suas diversas formas de culturas e os saberes adquiridos.

Enquanto a Educação de Jovens e Adultos alcança muitas conquistas no campo das políticas públicas, em contrapartida vemos um descaso e despreparo de educadores que continuam a olhar para esses sujeitos com uma visão supletiva, de caridade, e de assistencialismo, reforçando atitudes preconceituosas, quando se deveria extinguir, em minha opinião fala-se muito em Paulo Freire, mas na verdade ler-se pouco sobre ele e principalmente sobre suas pesquisas e conquistas na educação desses sujeitos. Quando questionamos alguns professores da EJA em meus trabalhos de

estágios supervisionados acerca das metodologias de Paulo Freire, eles me respondiam que na prática era mais fácil à forma que eles já tinham pronta no livro didático e que os educandos já estavam acostumados, isso nos dá uma ideia que, na verdade, muitos profissionais da EJA estão equivocados com relação à metodologia Freireana e por outro lado, não conseguem enxergar nas suas práticas a negação do direito de ser, não só do saber predominante, mas do saber político, dos sujeitos que têm os seus direitos negados e que sem o despertar para essa realidade é impossível para esses sujeitos, despertarem para a luta, para a reivindicação, é impossível para esses sujeitos alcançarem a autonomia.

Tramado pelo processo de exclusão, oriundo da escola e da sociedade - com sua cultura própria e preconceitos dela decorrentes- o adulto que volta a estudar motivado por razões diversas, enfrenta uma gama de rótulos, que integram o seu auto conceito e acabam por diminuí-lo quanto às possibilidades que reconhecem em si próprios de realizarem aprendizagens escolares e de se perceberem como pessoas cognitivamente capazes de compreender questões mais complexas, de empreender, de criar, de confiar nas suas próprias percepções. Nesse sentido, podemos afirmar que a escola, ao receber esse aluno de volta, completa o seu trabalho de exclusão, uma vez que, pelo seu modo de atuação, ‘comunica’ ao sujeito a sua ‘incapacidade’, explicitada na incompreensão dos procedimentos e linguagem escolar, na dificuldade expressa que esse aluno apresenta de interagir com exercícios e raciocínios acadêmicos, distantes da sua realidade, desprovidos de uma ‘ponte’ que interligue a sabedoria do aluno com o saber da escola. Desse quadro resulta o ‘consenso’ que circula na escola de que o aluno da EJA é incapaz cognitivamente, tem grandes dificuldades de aprendizagem, problemas gravíssimos de memória, lentidão exagerada no raciocínio etc. (MORAES, 2016, p.40).

Diante dessa situação torna-se também necessário um olhar voltado para os educadores que estão envolvidos na Educação de Jovens e Adultos, no sentido de uma formação que os qualifique para enxergar essas especificidades, para isso faz-se necessário uma reconfiguração nos modelos educacionais a que estamos acostumados a lidar, modelos esses que só contribuem para a manutenção do *status quo*, negando a diversidade e a emancipação política desses sujeitos, faz-se necessário uma descolonização dos currículos, e a valorização de uma práxis voltada para atender as diversidades encontradas nesses sujeitos, uma práxis que os qualifique na elaboração de aulas que sejam interessantes, isto é, que faça sentido para esses trabalhadores, que vivenciam no seu dia a dia a opressão e as injustiças promovidas por esse sistema. O professor da EJA é antes de tudo um agente de transformação social, um colaborador na construção de uma humanidade mais

humana de um mundo mais igualitário.

Em nossa sociedade a leitura e a escrita são importantes instrumentos para a compreensão da mesma e as aquisições desses bens contribuirão para a busca de conhecimentos e cultura acumulados pela humanidade, sendo assim a escola tem um papel de desencadear processos de transformações que eliminem preconceitos e promova a justiça, igualdade e a autonomia desses cidadãos, sendo assim a EJA apesar de ter alcançado muitos avanços nas últimas décadas segue o seu caminho tentando garantir que esses indivíduos sejam vistos como sujeitos de direito e que essa modalidade seja pensada e sistematizada especificamente para eles e não para a reprodução dos saberes hegemônico.

### 2.3 A presença dos sujeitos na realidade do preconceito

Anos de descaso e negligência com a educação das camadas populares, contribuíram para o desenvolvimento de uma sociedade que carrega uma dívida gigantesca, mergulhados na escuridão das ideias, adágios e crenças populares das que dizem: “mulher não pode aprender a ler para não escrever carta para o namorado”, tais opiniões deixaram marcas profundas em alguns grupos, basta só uma rápida pesquisa e veremos que nas regiões onde o analfabetismo se faz mais presente, refletem um legado de várias histórias de preconceitos, negação de direitos e injustiças sociais que até os dias de hoje estão presente na vida desse público, tendo também a história marcada por campanhas e ações paliativas que não suprimam as necessidades do acesso a uma educação expressiva, mas apenas modelos empiristas com uma preocupação de certificar e não dar acessos ao saber adquirido pela humanidade. Saber esse que lhe é negado não por sua falta de interesse, mas pela exclusão a que estão submetidos.

Negros, indígenas, mulheres, ribeirinhos, trabalhadores urbanos e rurais, entre outros, pessoas que por gerações enfrentam a negação da sua cidadania como seres iguais, mas, no entanto diferentes porque vivem as desigualdades de oportunidades de trabalho, acesso à educação e a outros patrimônios culturais. Essas pessoas até hoje enfrentam situações de vulnerabilidade e discriminação de variadas formas, suas trajetórias são marcadas por lutas pela sobrevivência, por moradia, terra e etc. Suas experiências educacionais são marcadas por frustrações, desistências, traumas, que deixaram um rastro no curso de suas vidas.

Hoje em centenas de salas de aulas da Educação de Jovens e Adultos, existem muitos sujeitos que procuram nessa modalidade uma forma de recuperar aquilo que se perdeu ou que nunca

teve, no entanto, a realidade que encontram é uma escola excludente, que além de não atender suas expectativas, contribuem para desestimulá-los.

Sendo assim, faz-se necessário uma intervenção nessa modalidade para aprimorar o acolhimento desses sujeitos, envolvendo-os em um processo educativo que lhes possibilitem a reflexão crítica e o despertar para a reivindicação de suas demandas, faz-se necessário buscar envolver esses indivíduos no engajamento dos movimentos sociais, sindicatos, associação de bairro, todos os ambientes que se dispõem a Educação popular que tanto tem contribuído para a evolução da EJA.

Somente nessa perspectiva libertadora, iremos possibilitar balizamentos teórico-metodológicos que alcancem as demandas das classes populares e construir com elas e a partir deles essa pedagogia. É com a participação das camadas populares e os olhares atentos dos estudantes/pesquisadores que possibilitará um modelo de educação mais justa, igualitária e humana que desmistifique todos os preconceitos forjados historicamente.

Enquanto educadores temos o dever de socializar saberes que promovam uma transformação do estado vigente, atuando nos ambientes onde se dar a educação com propostas de intervir na realidade que promove injustiças, que denigre e desqualifica o ser humano. Muitos dos que são analfabetos também carregam traumas de uma escola excludente que não possibilitou uma educação de qualidade, professores qualificados, prestativos e amorosos que possa enxergar as peculiaridades individuais e intervir nas dificuldades fazendo com que esses cidadãos e cidadãs sintam-se valorizados e enxerguem na educação uma ferramenta para potencializar suas virtudes, conduzi-los a uma melhor qualidade de vida, sem enganá-los com as falsas promessas de que ter um certificado irá lhes garantir um emprego, mas que a consciência dos direitos que lhes são devidos, isso sim, abrirá as portas não só para ele ou ela, mas para a sua comunidade.

É preciso que cada esteja engajado nessa perspectiva e colaborem com a desconstrução dessa realidade preconceituosa que está arraigada no senso comum, a formação continuada é uma forma de engajamento político e comprometimento com a causa dos excluídos, o educador(a) qualificado poderá intervir com a perspectiva de reconhecer nesses sujeitos as variadas formas de pedagogias que surgem do antagonismo, da negação de suas realidades e de suas condições sociais. E da sua recusa de ser tratado como um indivíduo que não tem saber, como uma criança/adulto.

Os analfabetos enfrentam essas constrangedoras atuações de docentes descomprometidos, reconhecer e atuar na dura realidade que o preconceito impõe a esses sujeitos é desafiador, pois

envolve engajamento e comprometimento intelectual no sentido de se dispor a pesquisar e atuar na diversidade que a EJA propõe, porém muito enriquecedor devido as variadas formas em que as pedagogias se desdobram e surgem desses sujeitos, concepções novas e abrangentes que não cabem no modelo inflexível da escola vigente, o qual não contempla a cultura, a história, a realidade social das camadas populares, tornando-se assim, uma escola monótona, com assuntos enfadonhos, levando os discentes à desmotivação e desistência.

Em minha pouca experiência com os estágios supervisionados do curso de pedagogia nas salas da EJA, pude perceber que ao trazer para sala de aula assuntos que condizem com a realidade ali exposta, como o tema corrupção, presenciei o interesse deles em participar da aula e extrai depoimentos impressionantes, ao indagá-los de que forma a corrupção influencia em nosso cotidiano, tive de uma aluna uma resposta emocionante e marcante ao vê-la explicar que ela era uma vítima da falta de segurança onde a vida de seu esposo foi ceifada por um assalto e ela pode ligar esse fato a negligência política e aos desvios de conduta dos corruptos para com a segurança pública, o reflexo das políticas desastradas e ideologizadas exacerbadamente, a corrupção generalizada e aparelha que vai desde os soldados até os agentes políticos corrompidos, essa experiência foi muito marcante para mim, dando ainda mais motivação para atuar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

### **3. LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS À EDUCAÇÃO: PEDAGOGIAS QUE SURGEM DO MOVIMENTO DOS EXCLUÍDOS DENTRO DA SOCIEDADE**

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (DUDH ONU, 1948, Art. 1).

Em nossa sociedade vivenciamos diariamente variadas e frequentes violações dos Direitos Humanos tal como, segregação social, processos de exclusões, discriminação e preconceito por cor, raça, gêneros, orientação sexual, credo e etnias, entre outros. Esses processos também ocorrem no contexto escolar, é nessa perspectiva que surgem possibilidades socioeducativas que priorizem a inserção das conquistas nos Direitos Humanos, contribuindo assim para uma educação mais igualitária, pois as percepções alcançadas no diálogo darão uma dimensão para o alcance mais amplo desses sujeitos e suas demandas, contribuindo assim, para a construção de um processo educativo que forneça recursos para a constituição das relações democráticas, promotora das diversidades e na promoção de uma cultura de direitos humanos e proteção desses direitos, sendo assim um importante instrumento de estabelecimento de valores alicerçados no respeito mútuo, no confronto à discriminação, na luta contra a exclusão de grupos sociais historicamente desprezados e estigmatizados por preconceitos gerados por visões de mundo distorcidas e insensíveis a realidade de abandono social a que esses grupos são submetidos.

Essas visões de mundo estão forjadas em perspectivas herdadas por um tipo de colonização que tem no homem branco europeu e na sua cultura o centro de referência de valores sociais e também na propagação de regimes autoritários e antidemocráticos que emergiram na América Latina e que deixaram marcas profundas na composição social concernente à violação dos Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos são o resultado histórico de lutas e reivindicações que foram sendo conquistados de diferentes formas em cada sociedade no intuito de obter melhor qualidade de vida e reconhecimentos de suas causas. No entanto essas lutas estão em constantes evoluções, devido aos processos de elaboração e rupturas aos quais estão submetidas, para chegar onde estamos passamos por inúmeros processos marcados por guerras e conflitos que até hoje se vivenciam na luta do ser humano pela tolerância a diversidade e ainda há muito que se conquistar.

A segunda guerra mundial trouxe para a humanidade prejuízos terríveis e incalculáveis que

deixaram um rastro de violações a dignidade a vida humana e marcaram de maneira drástica gerações de civis. A Organização das Nações Unidas foi criada para promover a cooperação internacional em busca da paz, em 1948, foi elaborada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde então se faz necessário que os valores contidos nessa declaração sejam de conhecimento de todos, a ONU reconhece que a escola como um dos veículos promotores desses valores.

A Educação em Direitos Humanos tem seu início oficial com a proclamação da Carta das Nações Unidas e com a aprovação da DUDH, em 10 de dezembro de 1948. A partir desse momento a declaração se tornou um instrumento pedagógico de conscientização dos valores fundamentais da democracia e dos direitos humanos (CANÇADO TRINDADE, 1993 *apud* BRASIL, 2013, p.26).

Nesse processo vários organismos internacionais, juntamente com a ONU, vêm implementando ações no sentido de promover os valores e princípios contidos na DUDH, com a expectativa para a transformação de consciência marcada pela exclusão e autoritarismo a voltar-se para as mudanças de atitude mediante as condições de violação desses direitos e repúdio a toda forma de discriminação e preconceito contra o ser humano.

Tuvilla Rayo (2004) assevera que no período de 1948 a 1974 a Organização das Nações Unidas implementou ações com vistas à produção e difusão de materiais educativos, concretizando dessa forma a oficialização de programas de Educação em Direitos Humanos (TUVILLA RAYO, 2004, *apud* BRASIL, 2013, p.26).

Sendo assim, a educação torna-se um veículo imprescindível para o estímulo das mentes e o reconhecimento de que cada um de nós tem o dever de propagar esses princípios que enaltecem a dignidade humana.

### 3.1 Direitos Humanos à educação

Diante da diversidade que se encontra nas camadas populares, camadas essas que enfrentam em seus dilemas variadas formas de negação, exclusão e preconceitos. Torna-se necessário uma nova reconfiguração na formação de todas as partes envolvidas nesses processos educacionais, sendo assim faz-se necessário a urgente implementação de princípios que sejam norteados nos

valores universais dos Direitos Humanos e que possa assim contribuir para a construção de um mundo onde a liberdade, igualdade, solidariedade se façam presente na construção de uma cultura de paz.

A partir de 1980 começa em nosso país o processo de redemocratização que presenciou a iniciativa de vários seguimentos da sociedade na luta pelos Direitos Humanos: ONGs, movimentos sociais, sindicatos e a sociedade civil organizada, universidades entre outros. Destacaram-se na denúncia contra as violações e os crimes praticados durante o regime de exceção, tais iniciativas além da redemocratização também culminou com a elaboração da constituição que começou a vigorar em 1988, considerada como a constituição cidadã. Traz em seu interior a ideia de que os Direitos Humanos, a democracia, a paz e o desenvolvimento socioeconômico são essenciais para garantir a dignidade da pessoa humana. Começa-se um longo processo de valorização dos Direitos Humanos em nossa sociedade, onde em seus Artigos 205 a 214 tratam a educação como um direito essencial que deve ser garantido pelo estado a todos os brasileiros, dando assim início a construção de várias políticas pública e ações voltada na consolidação desses direitos.

A Educação em Direitos Humanos (EDH) enquanto uma proposta de política pública foi fomentada no cenário nacional com a instituição do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH e posteriormente com a elaboração e publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH em 2003, em resposta a uma exigência da ONU no âmbito da Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995–2004) (BRASIL, 2013, p. 11).

Outro aspecto que colaborou para essas iniciativas, foi à postura do Governo Federal mediante os acordos internacionais que visavam à implantação de políticas que contemplassem os Direitos Humanos, com a parceria da sociedade civil organizada foram sendo conquistados vários avanços. Como exemplos dessas iniciativas podem ser citados:

O PNDH I de 1996 tinha o foco voltado para os direitos civis e políticos, a saber: 1) Políticas Públicas para Proteção e Promoção dos Direitos Humanos (incluindo a proteção do direito à vida, liberdade e igualdade perante a lei); 2) Educação e Cidadania: Bases para uma Cultura dos Direitos Humanos; 3) Políticas Internacionais para Promoção dos Direitos Humanos; e 4) Implementação e Monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos.

O PNDH I sofreu ampla revisão e esse processo teve por objetivo incluir também os direitos econômicos, sociais e culturais na pauta do governo, reforçando a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos.

O PNDH II, de 2002, incorporou alguns temas destinados à conscientização da sociedade brasileira com o fito de consolidar uma cultura de respeito aos direitos humanos, tais como cultura, lazer, saúde, educação, previdência social, trabalho, moradia, alimentação, um meio ambiente saudável.

O PNDH-3 é lançado em 2009 e é importante ferramenta para consolidação dos direitos humanos como política pública. O Brasil avançou na materialização das orientações que possibilitam a concretização e a promoção dos Direitos Humanos. Configura-se como amplo avanço a interministerialidade de suas diretrizes, de seus objetivos estratégicos e de suas ações programáticas. como amplo avanço a interministerialidade de suas diretrizes, de seus objetivos estratégicos e de suas ações programáticas (BRASIL, 2013, p.23).

O longo caminho de avanços percorrido no Brasil para a concretização desse processo de educação voltado para a mudança e a transformação social, para uma cultura cidadã de respeito mútuo e tolerância às diversidades, tornando-se numa proposta mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza, passa pelos critérios, diretrizes e normas que regulamentam esses princípios, levando em conta a sua aplicabilidade de acordo com a realidade e as identidades peculiares de cada região onde está sendo trabalhado. Para isso a Secretária de Direitos Humanos, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça assinam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) lançado em 2003 tendo sua versão final em 2006, respaldado por documentos internacionais como o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMDH). O PNEDH está constituído de 5 eixos: educação básica, educação superior, educação não formal, educação dos profissionais de Justiça e Segurança e educação e mídia.

As DNEDH, Diretrizes Nacionais da Educação e Direitos Humanos, aprovadas em 2012 pelo Ministério da educação são os elementos norteadores das aplicabilidades que recomendam orientações para serem implantadas nos currículos, nos projetos pedagógicos e na própria gestão educacional a ser observados pelos sistemas de ensino e suas instituições.

### 3.2 A educação em direitos humanos como prática emancipadora na desconstrução do preconceito contra o analfabeto

Podemos reconhecer diante do que já foi exposto que os educandos jovens e adultos são sobre tudo vítimas desse sistema excludente e que os seus direitos a educação e acesso aos bens culturais e materiais lhes foram negados, considerando que a educação é um direito essencial a todo ser humano e de que ela possibilita o acesso a outros direitos, a EDH viabilizar o empoderamento dos indivíduos dando-lhes condições de participar de debates e intervir na realidade em que estão submetidos, buscando meios para a luta por esses direitos.

A educação é o caminho para qualquer mudança social que se deseje realizar dentro de um processo democrático. A educação em direitos humanos por sua vez, é o que possibilita sensibilizar e conscientizar as pessoas para a importância do respeito ao ser humano, apresentando-se na atualidade, como uma ferramenta fundamental na construção da formação cidadã, assim como na afirmação de tais direitos (TAVARES, 2007, p.488 *apud* CARVALHO, 2017, p.217).

Nessa perspectiva o educador de jovens e adultos deve estar qualificado e comprometido com esses princípios, deve ter um comportamento ético e de respeito, não autoritário, não considerando os alunos como “os que não sabem”, mas está disposto ao diálogo e a aprender com eles, a compartilhar, transformar o espaço escolar em um espaço mais humano, uma janela de constantes conquistas. Como diria Freire (2004, p.97): “o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, escrito e reescrito. Nesse sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos no trato deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abre na escola”. O professor deve estar consciente de que a educação é uma maneira de intervir nos processos de injustiça que existem no mundo e que o conhecimento adquirido na escola com a configuração em que está em vigor, somente está servindo para reprodução da opressão e desigualdade que presenciamos diariamente. A educação em direitos humanos nos ajuda a compreender e ampliar as percepções de nossa realidade enquanto sujeitos participantes desses processos, é percebendo esses processos de injustiças a que estamos expostos que nos levantamos para a transformação dessa realidade desumana e opressora.

### 3.3. Proposta metodológica problematizadora, uma contribuição da EDH nos processos de intervenção da EJA

Mediante o exposto surgem perguntas que não se calam: Como os educadores e educadoras da EJA podem exercer a EDH? Que tipo de metodologia usar? Como intervir nas situações cotidianas desses indivíduos de uma forma que promova uma educação mais democrática na busca de respostas ou soluções para os dilemas enfrentados por eles?

O Caderno de Educação em Direitos Humanos, **Diretrizes Nacionais** (p.56), traz a proposta do modelo problematizador de Magendzo, que se caracteriza pela abordagem crítica, levantando-se uma análise dos problemas enfrentados pela comunidade por um viés político e ideológico, nesse sentido o educando ou defensor dos direitos humanos trabalha em uma perspectiva de exploração desses problemas e através do diálogo encontrar soluções para essas demandas tendo em vista a abordagem de temáticas que promovam os direitos humanos.

Este Modelo Problematizador dar-se por via de três etapas:

- I) Momento de diagnóstico; em um diálogo com os alunos os educadores fazer um levantamento das situações problemas que violam os direitos humanos, para posteriormente ser trabalhado nas demais etapas, também é um momento de informar o aluno a cerca desses direitos desmistificando alguns conceitos expressos pelo senso comum. Os temas a serem identificados podem estar ligados a: população, saúde, paz, direitos humanos, fome, seca, degradação do solo, educação e etc.
- II) Momento do desenvolvimento: Após a identificação das situações problemas cabe a todos que estão envolvidos nesse processo analisar quais os direitos que estão sendo violados, quais os interesses que estão em jogo. É um momento de buscar informações fontes que possibilite o embasamento de argumentos que subsidiem possíveis soluções.
- III) Momento em que se levantam alternativas de soluções: com o objetivo de construir um saber que leve em conta à participação de todos os envolvidos nesse processo é necessário que os educadores ou defensores, estimulem esse sentimento de cooperação, fraternidade e respeito mútuo entre os alunos, os processos de construção de conhecimento devem ser integrados com a participação, a investigação e as ações educativas que colaboram para a criatividade na produção do conhecimento.

O modelo problematizador de Magendzo pode nos servir de inspiração para desenvolvermos, enquanto pesquisadores da educação, propostas de intervenção que contribua

com os objetivos da EDH, considerando que os alunos da EJA são vítimas de violação dos direitos humanos, porque quando consideramos que os direitos essenciais da educação lhes foram negados na idade considerada como adequada pela legislação educacional vigente, inevitavelmente reconheceremos a situação de vulnerabilidade em que muitos desses indivíduos se encontram.

Apesar dos desafios e conflitos que implicam a prática da implementação da EDH na sala de aula da EJA, devido a maneira em que o contexto escolar brasileiro está forjado, faz-se necessários desconstruir paradigmas herdados pelas experiências de campanhas, MOBRAL entre outras, e os preconceitos historicamente concebidos sobre esses sujeitos, torna-se urgente a introdução desse processos de educação que possibilite a esses sujeitos o despertar para lutar por seus direitos identifica as violações dos direitos humanos sofridas e se contrapor contra as injustiças sociais.

Os sujeitos da EJA são trabalhadores e trabalhadoras que constroem esse país, todos os dias com a força de seu sofrimento, esses devem ter o direito de conquistar uma melhor qualidade de vida, deve conquistar a sua moradia, boa assistência de saúde e também uma educação lhes possibilite ter a consciência que eles são aptos, não são cegos, nem incapazes de aprender, mais que possuem potencial para exercer a sua cidadania e contribuir para uma humanidade mais justa.

#### 3.4. Enfrentando a colonialidade dos saberes através de uma pedagogia social latinoamericana – outros sujeitos, outras pedagogias

Nossa sociedade encontra-se imersa em um contexto cultural e ideológico que a condiciona à subalternidade dos interesses das elites, mediante os padrões hegemônicos estabelecidos pelo capitalismo mundializado e eurocentrado, configurando assim os paradigmas sociais constituintes do povo latino-americano.

Em contrapartida vem se estabelecendo na América latina as bases epistemológicas de um pensamento contra-hegemônico, emancipador, voltado para as demandas sociais ao invés de atender aos interesses do capitalismo e as concepções do mundo imperialistas. Emerge como uma alternativa de educação emancipatória voltada para as questões sociais das classes populares, tendo na educação popular e na pedagogia social o meio para potencializar e desenvolver uma pedagogia para e com os excluídos. Contrapondo-se ao modelo tradicionalista que incorpora o que Freire denominava de educação bancária, ou seja, um modelo de educação alienante que coloca o aluno

em uma posição de recipiente onde se deposita o saber, uma educação que produz a passividade nos sujeitos e uma visão inautêntica do mundo.

A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência (FREIRE, 2013, p.73).

O enfrentamento da colonialidade dos saberes passa por essa “ação cultural” que coopera para a transformação dos indivíduos por meio de uma pedagogia libertadora que vise a conscientização desses sujeitos e os empoderem, o povo trabalhador, mães e pais de famílias que exercem um esforço sobre-humano para a sua sobrevivência, acabam por submetessem a exploração no trabalho, acordos escusos, trabalho sem registro, não recebimento de horas extras. sem direito à moradia, educação, assistência de saúde digna. Sofrem essas injustiças que só favorecem os detentores dos meios de produção.

As pedagogias que surgem dos movimentos sociais, dos movimentos de cultura popular, dos movimentos da educação popular, dão vez e voz a esses trabalhadores os capacitando a romper com as condições desfavoráveis e injustas que os acometem, mais do que isso, os desperta para a luta, para transformar o lugar que vivem em um mundo melhor de se viver, um lugar que lhes proporcionem uma melhor qualidade de vida, um lugar mais humano.

Podemos dizer que uma pedagogia descolonizadora ou libertadora é uma pedagogia que se propõe a superação dos paradigmas eurocêntricos estabelecidos e busca a sua identidade nas suas origens culturais latino-americanas, valorizando as peculiaridades desses povos, criando e recriando seus próprios valores. Desenvolvendo trabalhos que viabilize a superação da realidade compensatória.

A educação vigente, voltada apenas para a certificação, tenta atender as demandas do mercado de trabalho e não as demandas humanas, por esse motivo ela cria e transmite valores que só legitimam os interesses dos detentores dos meios de dominação, dando a entender que essa é única saída para o desenvolvimento da humanidade.

A libertação da colonialidade surge da insurgência latino-americana na busca constante da latinidade negada pelos colonizadores que se apresentavam como superiores. A pedagogia latino-americana surge como uma força antagônica que se move no campo da política através da práxis,

da luta pelo resgate de sua própria cultura enfrentando a colonialidade pedagógica vigente.

A Educação de Jovens e Adultos em nosso país sempre sofreu permeada por uma visão de compensamento de supletivo de caridade, essa maneira de enxergar a EJA se perpetua no senso comum, torna-se necessário um olhar que identifique esses jovens e adultos sujeitos da EJA como sujeitos que já carregam em sua identidade uma bagagem de conhecimentos não formais, não sistematizados e que os fizeram sobreviver e mantê-los até chegarem a escola, é nesse momento que a atitude do professor para com os alunos ou alunas da EJA irá influenciar no sucesso ou fracasso desses sujeitos, não só os professores mas toda a escola ter um acolhimento qualificado para com esses alunos(as), levando em conta suas especificidades, por esse motivo é que deve-se pensar alternativas que descolonize os currículos engessados que normalmente tem uma visão dos sujeitos como pessoas que necessitam de políticas que os insiram no mercado de trabalho, deixando de lado suas tradições, crenças, pertencimentos a grupos étnicos culturais.

A visão eurocentrista fundamentada na ilusão do progresso capitalista que está atualmente impregnada na educação brasileira, visa somente certificar os alunos(as), produzindo assim ainda mais desigualdade, pois a baixa qualidade da educação vai formar pessoas desqualificadas para assumir as melhores vagas, sobrando apenas os empregos menos remunerados, ou aqueles que exige do trabalhador ou da trabalhadora uma esforço físico muito grande, acarretando no futuro em desenvolvimento de problemas de saúde e desgaste físico e mental, impossibilitando ainda mais que esses sujeitos possam alcançar degraus mais altos, como um curso superior.

Desconstruir a visão colonialista implica em desconstruir o preconceito contra os analfabetos, a maneira que as pessoas os enxergam, nesse universo de possibilidades cabe a reformulação da maneira de se educar esses indivíduos, faz-se necessário percorrer os caminhos da Educação Popular e da Pedagogia Social, e atuar na perspectiva de transformação dessa modalidade, as contribuições na Educação de Jovens e Adultos desenvolvida nos variados ambientes da Educação Popular, sindicatos, movimentos sociais, movimentos de cultura de rua, entre outros, e os temas debatidos na pedagogia social, que abordam situações de desigualdades, preconceitos, injustiças vivenciadas por esses sujeitos, tornam-se alternativas viáveis e bastante proveitosas no ambiente institucionalizado da EJA.

Sendo assim, cabe ao educador comprometido com esta visão libertadora, desprender um olhar humano sobre as realidades a que estão expostos estes educandos e trazer para a reflexão temas que façam sentido para a vida destes trabalhadores que com o esforço de voltar a estudar

sonham com a possibilidade de conquistar um espaço que lhe foi negado e esbarram nos preconceitos sofrido por eles, tornando-se mais um obstáculo para o seu direito à educação, as pedagogias libertadoras atuam nesta perspectiva, proporcionando a estes a aquisição de conhecimentos que os habilitem para entender o contexto de negação a que eles forma submetidos, negação de costumes crenças e valores culturais próprios de seu povo sua gente.

Certamente que as temáticas trabalhadas nesta perspectiva descolonizadora irá trazer para estes indivíduos um sentido mais eficaz e um sentimento de pertencimento, fazendo com que esses jovens e adultos sejam motivados a permanecer em sua caminhada de busca da educação ao logo de sua vida.

Durante observações empíricas realizadas ao longo dos estágios do curso de pedagogia, pude ter a oportunidade de sentir de perto o cenário onde está constituído as salas de aula da EJA e constatei que muitos dos alunos fica matriculados até o momento de receberem as carteiras de estudantes, as instituições escolares ainda não estão sabendo lidar com essa situação e tercem críticas a este estudantes os acusando de não “quererem nada com a vida”, são “irresponsáveis” e não tem interesse de aprender, a “solução” encontrada é colocar todos em salas mistas e esperar a carteira de estudante sair para enfim começar o ano letivo.

O que se ver diante desta situação é que a história de negação e preconceito se repete ao invés da instituição intervir trazendo para o diálogo esse tema, trata-os com desdém, refletindo a visão colonizadora que está empregada na sua visão de mundo. Seria uma boa oportunidade de analisar o contexto social que envolve toda essa situação, que implica na realidade das passagens de ônibus caras e as baixas remunerações obtidas por estes estudantes trabalhadores.

A situação poderia ser explorada por um educador comprometido com a transformação social que ao invés de culpar o estudante trabalhador pro suas “incapacidades” observaria que as situações vivenciadas por estes na luta pela sobrevivência, refletem nesta atitude uma tentativa de economizar um pouco nos seus gastos que é comprometido em grande parte com o preço da passagem exorbitante, encontrado um subterfúgio na carteira de estudante.

Certamente esse tipo de debate seria de grande valia e produtividade intelectual, motivando esses indivíduos e fazendo-os enxergar a instituição de outra maneira, não como uma mera entidade onde se retira a carteira de estudante, mais como um lugar de produção de conhecimentos que farão a diferença nas suas vidas. Agindo dessa forma o educador social irá contribuir para que estes cidadãos e cidadãs, muitas vezes desesperançosos com a sua realidade, encontrem um sentido para

continuar na sua jornada diária e com a consciência de luta pelos direitos negados.

Esses sujeitos estão presentes e reivindicam outras pedagogias que atendam as suas expectativas e os façam presentes na cena escolar, social, política, cultural e na produção de saberes, outras pedagogias que os pensem não como subalternos, inferiores, inexistentes, mas que reconheçam e indaguem: Quem são esses outros? Quais as suas lutas? Quais os seus direitos e principalmente indaguem as pedagogias com que foram pensados, nos padrões de poder e subordinação em que se formou sobre eles.

Essas persistentes formas de pensá-los como inferiores para submetê-los no padrão de poder, de trabalho, de expropriação da terra, do espaço, do conhecimento da cultura trazem para o pensamento social, político, pedagógico a necessidade de dar maior centralidade às formas históricas de pensá-los seja nas salas de aula, seja nas políticas sociais, educativas. Com que concepções são pensados? Como primitivos, violentos, incultos. Que identidades, formas de nomeá-los persistem nas concepções de educação, nas didáticas, ou como reprovados, defasados no sistema escolar ou como reprimidos nas suas lutas por direitos a terra, teto, territórios? Secundarizar, ocultar essas formas de pensá-los faz parte dos estreitos vínculos entre o padrão de poder/saber que se perpetua. Se reconhecerem nossas formas de pensá-los ou resistem? (ARROYO, 2012, p. 29,40).

É nesse “saber”, nas formas de pensá-los, maneira que vem sendo formadas concepções sobre os povos colonizados que se legitimam práticas pedagógicas excludentes e preconceituosas, e é também nessa forma de pensá-los que vêm à tona pontos de tensão que fazem com que esses sujeitos repudiem e não aceitem a maneira como são denominados como marginalizados, excluídos, desiguais.

As teorias pedagógicas estão configuradas sobre uma perspectiva de que esses povos colonizados são inferiores e que necessitam de serem iluminados por um saber superior para os enquadrá-los em um sistema que aprova os aptos e reprovam os inaptos, dispensando e não reconhecendo toda a diversidade e saber oriundas das camadas populares, essa resistência está presente no dia a dia e não têm haver em aceitar outras práticas pedagógicas alternativas, mas tem haver em não reconhecer que supostos incultos, primitivos, inferiores tenham algo a acrescentar para as teorias pedagógicas.

Essas outras pedagogias emergem da luta dos movimentos sociais e da pluralidade das ações coletivas, que lutam por direito a terra a moradia, a saúde, ao teto, ao emprego, a orientação sexual, a dignidade, a justiça, a qualidade de vida. Reagindo a pedagogia dominante que se

desenvolveu em uma maneira de pensá-los inferiorizados e subalternizá-los de tal forma presente nas escolas, padrões de valores e saberes que os classificam e inferiorizam suas culturas, seus conhecimentos, suas maneiras de serem e de viverem.

O choque que há entre a forma de que nós do lado de cá da pedagogia pensamos esses outros, leva-nos a refletir e buscar nesses impasses inconclusos soluções que ainda estão distante da nossa realidade, devido à complexidade em que tudo isso está posto, a maneira mais eficaz de tentar resolver essas tensões seria principalmente à diminuição da distância entre as universidades produtoras de conhecimento e as classes populares, é preciso está entre eles, participar de suas lutas e buscar soluções coletivas para suas demandas.

Fala-se muito nas classes sociais e apontam-se caminhos e políticas para solucionar seus problemas, mas, no entanto, continuamos a tratá-los como inferiores, por exemplo, não temos visto muitos projetos, nem escolas no meio das comunidades.

Onde estão os inquisidores desse tempo? Dentro das suas cátedras, vestidos com suas becas e distantes da realidade desses sujeitos, não querem expor-se, não querem colocar os seus pés na lama das comunidades, não querem nem colocar seus filhos nas escolas públicas que eles tanto idealizam para os pobres, mas não para eles, não querem usar as UPAS, e passarem pelas agruras que eles passam quando precisam de uma assistência médica, pregam um socialismo e uma transformação radical na sociedade, mas não abrem mão de seus Iphones. É preciso repensar nossas práticas e tecer uma crítica à pedagogia que critica a tudo e a todos, menos a ela mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho de conclusão de curso busquei compreender os sujeitos não alfabetizados e os dilemas vivenciados por eles com relação aos processos de exclusão e preconceitos a eles direcionados, podendo perceber que a visão não só do senso comum, mas também da formação do pensamento pedagógico sobre os analfabetos vem sendo construída ao longo dos tempos por uma visão ingênua lançada sobre esses sujeitos que os estigmatizam e o condiciona a subalternidade.

Começando por uma identificação histórica da construção desses estigmas, podemos perceber que a maneira em que se deu a nossa colonização e a forma que as elites governantes foram sendo constituídas, tornaram-se fatores preponderantes para a construção de camadas populares desassistidas pelo poder público juntamente com um sentimento de colonialidade que enxerga no homem branco europeu um padrão de evolução e sinônimo de desenvolvimento.

Essas conjunturas colocam as pessoas não alfabetizadas em uma condição de inferioridade que faz com que elas mesmas acreditem que são incapazes e que não podem fazer nada para mudar essa realidade, sendo assim, submetem-se as mais humilhantes maneiras de sobrevivências, acarretando em variados problemas para sua qualidade de vida, sobre tudo com relação a sua saúde e segurança, por estarem sendo frequentemente submetidos as situações de risco.

São marginalizados não por opção, mas por que a vida de injustiça e descaso os impele à marginalidade, sendo assim, torna-se necessário aos educadores da EJA, modalidade da educação que atende esse público, ter sua formação construída em uma perspectiva que atenda as demandas desse público e os auxiliem na conquista, não somente de um lugar no mercado de trabalho, mas também como sujeito de direito, uma educação crítica e libertadora.

A Educação em Direitos Humanos possibilita trabalhar temas que afetam o cotidiano dessas pessoas e viabiliza a construção de saídas para o enfrentamento dos mesmos, o educador da EJA pode buscar nesse processo uma alternativa para a conscientização e empoderamento desses sujeitos mediante suas carências.

Por outro lado, surge também da sublevação latino-americana um sentimento de libertação dessa colonialidade convertendo-se em uma busca constante de sua identidade surge um novo paradigma emancipador voltado para as demandas sociais. A Pedagogia latino-americana surge como uma força contra-hegemônica, preocupada com as demandas sociais encontram na educação popular, movimentos sociais, um canal para viabilizar saberes emancipatórios, resgate e

construções de seus próprios valores.

Em suma, conceber o analfabetismo como uma “enfermidade” que precisa ser erradicada e os analfabetos como incapazes, poucos inteligentes e preguiçosos, caracteriza uma concepção ingênua desses indivíduos (FREIRE, 1968). O educador comprometido com uma visão libertadora, focada na conscientização e transformação do *status quo*, deve ter em mente que ele é um dos principais agentes de transformação dessas realidades opressoras, comprometido com processos educativos que viabilize o empoderamento desses indivíduos para atuarem na sociedade como sujeitos de direito e protagonistas de sua própria pedagogia, uma pedagogia coletiva e participativa, voltada para o respeito aos direitos humanos, uma pedagogia descolonizadora, produtora de sua própria cultura e valores.

Particularmente o curso de pedagogia contribuiu para a ampliação de perspectivas das quais antes eu tinha aquela experiência de um jovem que ao se deparar com a dura realidade das classes populares queria fazer algo para ajudar a transformar aquela situação, chego agora ao final desse curso, não mais tão jovem, e vejo que todo o aprendizado que aqui tive transcenderam aquelas ingênuas expectativas, hoje entendo que a educação é uma importante ferramenta na construção de uma sociedade mais justa e tolerante, a educação é a lente que pode dar a cada um de nós a clarividência da realidade em que estamos expostos e nos dar a possibilidade de lutar pela transformação do status vigente, em uma realidade mais humana.

A educação é sim um canal pelo qual os desfavorecidos podem encontrar refúgio e, assim, caminha em busca de realizações e projetos de vida, deixando um legado para as próximas gerações. Durante esse curso enfrentei muitas dificuldades: O país em crise, desemprego, greves de professores, *impeachment* da presidente, greve de caminhoneiros.

Esses eventos impactaram não só a minha vida, mas também toda a nação, a leitura que faço desses não é uma leitura utópica ou romântica, fora da realidade, mas de um momento em que o crime organizado tomou conta dos três poderes e jogou o país nessa situação caótica e também as políticas desastrosas na economia que levaram as finanças ao caos em que se encontra, não adianta isentar os culpados em nome de ideologias utópicas, pois se tem uma coisa que mais fere os direitos humanos é a corrupção, que só fazem aumentar a violência o crime, as mortes por falta de assistência médica a educação precária, a corrupção é um crime hediondo, desumano, bárbaro. Como educador tenho um papel fundamental de rechaçar essa prática e não apoiá-la em nenhuma hipótese, estamos vivendo um tempo em que a sociedade está se engajando mais na política através

das redes sociais e surgindo outros paradigmas que precisam ser vistos com olhos mais perspicazes, fora das nossas bolhas, algumas delas que as universidades criaram e não conseguem acertar mais nenhum diagnóstico, porque estão vendo com os óculos velhos das ideologias.

A que o futuro nos espera? Não sabemos, porém o que podemos fazer para transformá-lo em um lugar melhor? Em um porto seguro? Criticamos o imperialismo estadunidense, mais não conseguimos ver o imperialismo russo e o chinês, e a sua nova forma de colonização que está em pleno vigor, à escravidão econômica de países inteiros em nome de uma ideologia, temo pelo futuro, mas assim como uma galinha que protege os seus pintainhos debaixo de suas asas, assim é o educador, apontando um norte, uma referência, para uma sociedade tão desgastada e desprovida de valores.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CARVALHO, M. E. G. **A educação em direitos humanos para a efetivação do direito à memória e à verdade**. In: PESSOA, A. D. L. B.; SANTOS, A. R. dos. Bauru, v. 5, n. 1, p. 207-224, jan./jun, 2017.

COTRIM, A. de S. **Miguel Couto: educação e eugenia**. XVI Encontro Regional de História – ANPUH RIO, RJ. 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> Acesso em: 11 de julho de 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54 ed. rev. e atual. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ação Cultural para a Liberdade** – e outros escritos. A Alfabetização de adultos – crítica de sua visão ingênua: compreensão de sua visão crítica. Paz e Terra: RJ, 1976.

FERRARO, A. R. **Lei Saraiva (1881):** Dos argumentos invocados pelos liberais para a exclusão dos analfabetos do Direito de Voto. LEÃO, M. de. São Leopoldo, RS: Educação Unisinos, vol. 16, núm. 3, setembro - dezembro, 2012.

GALVÃO, A. M. de O. Vivendo o preconceito e a condição de analfabeto. In: **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, L. A. O. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2010.

MORAES, M. A. C. de. Atuação psicopedagógica institucional na EJA: a prática da negociação nos processos de ensino e aprendizagem na escola. **Ciências & letras**. Porto Alegre. N. 40, p. 147-160, dez, 2006.

<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/08/comunidades-de-joao-pessoa-vaio-ser-urbanizadas-ate-2016-diz-pmjp.html>

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**: Contribuição a história da educação brasileira. Loyola: Rio de Janeiro, 1973.

PAIVA, J. M. de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2010.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2010.

STRECK, D. R.; MORETTI, C. Z. Colonialidade e insurgência: contribuições para uma pedagogia latino-americana. **Revista Lusófona de Educação**, 24, 2013.

# **ANEXOS**



### 1. Forme palavras



### 2. Leia as palavras que você estudou e formou:

cana  
ama  
mala  
amada  
Lalá

lápis  
dama  
cada  
maca  
Ada

alada  
cala  
dado  
calada  
Cacá

ala  
cama  
lama  
acamada  
asa



### 3. Texto coletivo




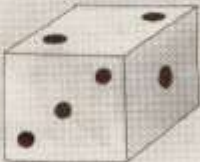



### 4. Leia as frases:

- Ada ama Cacá.
- Cacá dá cana à Ada.
- Ada é amada.
- Lalá dá a mala à Ada.

1

## Lição 1

	<u>a</u> sa a	a a	A A
	<u>c</u> ana ca	ca ca	Ca Ca
	<u>m</u> ala ma	ma ma	Ma Ma
	<u>d</u> ado da	da da	Da Da
	<u>l</u> ápis la	la la	La La
a      ma	la      da	ca	

## LEITURA BÁSICA

## Sumário

LIÇÃO 1	a, ca, ma, da, la .....	6	LIÇÃO 20	um, bu, ju, du, ru .....	44
LIÇÃO 2	fa, na, pa, ra, sa .....	8	LIÇÃO 21	su, chu, mu, bru, tu .....	46
LIÇÃO 3	ta, va, ja, xa, lha .....	10	LIÇÃO 22	ão, ã, ãe, ãe, ai, au, ea, ei, eo, eu, ia, ie, io, oa, oi, ou, ua, ue, uo .....	48
LIÇÃO 4	ba, ga, cha, nha, qua .....	12	LIÇÃO 23	al, el, il, ol, ul, ar, er, ir, or, ur .....	50
LIÇÃO 5	gua, ça, bra, pra, gra .....	14	LIÇÃO 24	am, em, im, om, um, an, en, in, on, un .....	52
LIÇÃO 6	e, se, pe, re, te .....	16	LIÇÃO 25	as, es, is, os, us, az, ez, iz, oz, uz .....	54
LIÇÃO 7	ce, ve, ne, ge, le .....	18	LIÇÃO 26	bla, ble, bli, blo, bliu, bra, bre, bri, bro, bru .....	56
LIÇÃO 8	be, ze, che, lhe, de .....	20	LIÇÃO 27	cla, cle, cli, clo, clu, cra, cre, cri, cro, cru .....	58
LIÇÃO 9	fe, que, he, me, gue .....	22	LIÇÃO 28	dra, dre, dri, dro, dru .....	60
LIÇÃO 10	je, xe, es, pre, gre .....	24	LIÇÃO 29	fla, fle, fli, flo, flu, fra, fre, fri, fro, fru .....	62
LIÇÃO 11	l, fi, si, di, pi .....	26	LIÇÃO 30	qua, que, qui, quo, gua, gue, gui, guo .....	64
LIÇÃO 12	bl, jl, li, chi, ri, ti .....	28	LIÇÃO 31	gla, gle, gli, glo, glu, gra, gre, gri, gro, gru .....	66
LIÇÃO 13	xi, gri, ni, gui, mi .....	30	LIÇÃO 32	cha, che, chi, cho, chu, nha, nhe, nhi, nho, nhu, lha, lhe, lhi, lho, lhu, ha, he, hi, ho, hu .....	68
LIÇÃO 14	gi, vi, ci, zi, qui .....	32	LIÇÃO 33	pla, ple, pli, plo, plu, pra, pre, pri, pró, pru .....	70
LIÇÃO 15	o, co, fo, no, go .....	34	LIÇÃO 34	rra, rre, ri, rro, rru, ra, re, ri, ro, ru .....	72
LIÇÃO 16	bo, ro, lo, jo, so .....	36	LIÇÃO 35	tra, tre, tri, tro, tru, tla, tle .....	74
LIÇÃO 17	po, lho, to, mo, xo, ho .....	38	LIÇÃO 36	X e S .....	76
LIÇÃO 18	vo, ço, do, nho, cho .....	40			
LIÇÃO 19	u, fu, cu, gu, lu .....	42			